

**A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE JOINVILLE (SC)  
(ACIJ): A ELITE EMPRESARIAL E O DOMÍNIO LOCAL**

**THE COMMERCIAL AND INDUSTRIAL ASSOCIATION OF  
JOINVILLE (CIAJ): THE CORPORATE ELITE AND THE LOCAL  
DOMINION**

**LA ASOCIACIÓN COMERCIAL E INDUSTRIAL DE JOINVILLE  
(ACIJ): LA ÉLITE CORPORATIVA Y EL DOMINIO LOCAL**

Fernando Mezadri<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente texto visa discutir algumas das teses contidas na obra *A Elite do Poder* (1981) de Wright Mills (1916–1962) no intuito de compreender o papel do empresariado local no desenvolvimento do município de Joinville - SC. Dividido em cinco sessões, o artigo, ancorado numa abordagem bibliográfica e descritiva produz uma construção historiográfica do desenvolvimento das elites dirigentes empresariais da cidade e sua influência nas instituições sociais e políticas locais. Apoiado principalmente nas teses da obra de Wright Mills – as altas rodas e a sociedade local, conclui-se que a associação comercial e industrial configurou as forças do associativismo civil e político, trazendo para si a condição de paladino e arauto tanto das normativas morais para o trabalho e disciplina da mão de obra como na direção político-partidária do município. A obra de Mills permite elucidar o status de elite a um grupo que somente se via como industriais.

**Palavras-Chave:** Associativismo Industrial, Elite do Poder, Domínio Local

**ABSTRACT:** This text aims to discuss some of the theses of the *Elite of Power* (1981) Wright Mills (1916-1962) in order to understand the role of local entrepreneurship in the development of the municipality of Joinville - SC. Divided into five sessions, the article, anchored in a bibliographic and descriptive approach produces a historiographic construction of the development of the city's business leaders, elites and their influence shrinking action social institutions and local policies. Supported mainly in the theses of Wright Mills - high wheels and the local society, concluded that the commercial and industrial association set up the forces of political and civil associations, brought to you the condition of champion and herald of moral standards to the work and discipline of labor in addition to influence directly on party-political direction of the municipality. The work of Mills allowed including elucidate an elite status to a group that only looked like.

**Keywords:** Industrial Associations, Power Elite, Local Dominion

**RESUMEN**

Este texto pretende discutir algunas de las tesis de la *Élite del Poder* (1981) Wright Mills de (1916-1962) para entender el papel del empresariado local en el desarrollo del municipio de Joinville-SC. Dividido en cinco sesiones, el artículo, en un enfoque descriptivo y bibliográfico produce una construcción historiográfica del desarrollo de las elites de los negocios de la ciudad y su influencia de contracción de las instituciones sociales de acción y políticas locales. Apoyado principalmente en las tesis de Wright Mills - alto las ruedas y la sociedad local, concluyó que la asociación comercial e industrial las fuerzas de las asociaciones políticas y civiles, traído a usted la condición de campeón y heraldo de normas morales para el trabajo y disciplina de trabajo además de influir directamente en la dirección

Recebido: 14/01/2016

Aprovado: 03/11/2016

partidista del municipio. El trabajo molinos permitidos como aclarar un estatus de élite a un grupo que sólo parecía.

**Palabras clave:** Asociaciones de la Industria, Élite del Poder, Dominio Local.

## 1 INTRODUÇÃO

Existem casos que podem se tornar exemplares. Determinados setores e ou segmentos da vida social ganham o estatuto de modelo representativo onde seu estudo e análise servirão de referência para produções acadêmicas posteriores (MICELLI, 2001). A formação do poder entre indivíduos é um dado eminentemente sociológico à medida que se pode dele estabelecer nexos causais e explicativos sobre uma determinada realidade. Peculiaridades do processo de formação do poder entre instituições e classes que emergem como dirigentes sociais e políticos em um dado contexto sócio-histórico, mostram-se como substanciais para o exercício conceitual nas dimensões de curto e médio alcance. Ou seja, dimensões micro e macro da análise sociológica.

O objetivo do texto está em apontar uma perspectiva sociológica para a compreensão do poder de atuação da elite empresarial local nos destinos políticos de uma cidade. Elite empresarial essa, não enquanto um aglomerado de empresas heterogêneas e individualizadas, mas como um corpo gregário aglutinado em torno de um arranjo associativo local – a Associação Comercial e Industrial de Joinville (ACIJ). O viés sociológico estará contido no diálogo com excertos da obra de Mills (1981), sobretudo aqueles extraídos capítulos I II e VII. Sobre isso, um segundo objetivo consiste na apresentação de uma linha histórico-compreensiva, embora ainda incipiente, da formação da associação comercial e industrial na perspectiva do associativismo civil além das instituições político-partidárias que vão se fazendo presente ao longo do seu desenvolvimento.

A metodologia aplicada no trabalho contempla uma abordagem qualitativa de natureza descritiva. A historiografia aparece como pano de fundo, dando as condições empíricas para análises e comparações, sobretudo a partir da obra *Elites do Poder*. Nesse sentido, a lógica do trabalho seguirá a seguinte direção: 1) de forma historiográfica, situar a representatividade do segmento industrial na trajetória do município desde a sua fundação até o período pós-ditadura militar, 2) evidenciar a formação da ACIJ e sua atuação como ator relevante nos destinos da sociedade local, 3) tecer paralelos e interpretações principalmente entre as teses das *Altas Rodas* e da *Sociedade local* [capítulos I e II] extraídas da obra de Mills, com o tipo de atuação da ACIJ no município. Por fim, nas considerações finais,

ponderações e críticas sobre o segmento industrial no município, a ACIJ e os limites de sua influência enquanto elite do poder.

## **1DESENVOLVIMENTO**

### **1.10 segmento industrial na trajetória histórica do município de Joinville**

Desde o seu surgimento enquanto colônia no contrato assinado entre a Sociedade Colonizadora de Hamburgo e a princesa de Joinville, Francisca Carolina, irmã de D. Pedro II, passando pela sua fundação em 09 de março de 1851 com a vinda dos primeiros compradores<sup>1</sup> dessas propriedades agrícolas (JOINVILLE, 2011), Joinville desmembra-se politicamente do município de São Francisco do Sul e é elevada à condição de vila em 1866, e à cidade em 1877. Em 1880, com uma população de 12 mil habitantes, sendo a maioria composta por moradores de áreas rurais, tem suas primeiras indústrias têxteis e metalúrgicas. Concomitante, há o surgimento do comércio iniciado por indústrias vindas do Estado do Paraná.

Fato relevante aos desdobramentos futuros na formação do associativismo civil local, foi início das primeiras associações culturais: ginástica, canto, tiro, teatro, grupos escolares, igrejas, hospital, lojas maçônicas, corpo de bombeiros; cujos modelos de organização eram os mesmos existentes nos países de origem desses primeiros colonizadores. Indústrias e associações civis foram se desenvolvendo simultaneamente (FICKER, 1965).

Com o fim da 2ª guerra Mundial (1939-1945), o Brasil, ao deixar de receber produtos industrializados da Europa, permite a elevação da cidade em um forte polo industrial do sul do Brasil. Em 1950, deflagra-se um estágio de forte industrialização na economia de Joinville. Essa industrialização nasceu em decorrência de todo o capital acumulado através da indústria da erva-mate e extração de madeira, ganhando um impulso muito especial pelo tipo de imigrante que viera a se instalar em Joinville, disciplinado para uma mentalidade fortemente produtiva (TERNES, 1986, p. 13).

Na perspectiva do envolvimento e das lutas sociais, nas décadas de 1960 e 1970, o discurso de ‘ordem e progresso’ que pairava na cidade, não abria espaço para contestações. Um progresso que levou a cidade a crescer desordenadamente. Nessa época, Joinville apresentava um vertiginoso crescimento nas áreas de metalurgia, plástico e refrigeração, o que conduziu a um intenso crescimento local impulsionado pela área industrial.

---

<sup>1</sup> Esses, eram de nacionalidade alemã, suíça e norueguesa. Para maior aprofundamento FICKER, Carlos. História de Joinville: Subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca. 2. ed. Joinville: Ipiranga, 1965.

Na década de sessenta, as estatísticas revelaram para Joinville um crescimento populacional anual pouco superior a 7%. Para a década de setenta, os indicadores levam a crer que este mesmo crescimento esteve em torno de 10 ou mesmo 11%. O colégio eleitoral ultrapassou os 100 mil eleitores. Este e outros indicadores conduzem à conclusão de que a população do município caminha para 300 mil habitantes, se já não tiver ultrapassado (JOINVILLE..., 1980, p. 228).

De acordo com a mesma fonte, o êxodo rural, além da intensa migração, acentuou as diferenças e problemas sociais. “Se em 1950 cerca 50,7% da população do município se distribui pela zona rural, hoje, apenas 5% continuavam no campo [...]. A população urbana espalha-se por uma área de 200 quilômetros quadrados” (JOINVILLE..., 1980, p. 228).

A década de 1970 marca uma transformação em Joinville. Milhares de pessoas que migraram do Paraná em busca de oportunidades encontraram emprego com facilidade. As indústrias joinvilenses precisavam de muita mão de obra. Em 1970, o setor respondia por 62,46% do PIB e em 1975 alcançou o pico histórico de 77,65%, efeito do “milagre econômico”, quando o Brasil registrou as maiores taxas de crescimento da história (ANDRADE, 2011, p.04).

Em termos populacionais, segundo os registros históricos localizados em Ternes (1986), em 1926 a população do município era de 46 mil habitantes (10.320 na cidade e 36.000 no interior). Já, em 1950, percebe-se uma redução na população e um equilíbrio em suas concentrações; eram mais de 43 mil habitantes (21.390 na zona urbana e 21.944 na zona rural). Em 1980, a população do município foi elevada a um número superior a 320 mil habitantes, em decorrência de fluxos migratórios. Até o ano de 1986, 95% desta população se concentraria no perímetro urbano do município.

De acordo com dados do último censo do IBGE (2010)<sup>2</sup>, a população do município - em 20 anos - saltara de 69.677, em 1960, para 235.812 mil habitantes, em 1980. Sua população aumentaria em mais de 03 vezes. Ao mesmo tempo, o PIB do município - no mesmo período - sobe de 302.536,07 milhões para 3.257.590,00 bilhões. O quadro 01 compara duas décadas para melhor compreender este período de mudança.

**Tabela 1:** Mudanças nos indicadores do município entre 1960 e 1980.

Indicadores	1960	1980
População	69.677	235.812
PIB	302.536,07 milhões	3.257.590,00 bilhões
PEA**	23.481hab.	96.866 hab.
Trabalhadores da Indústria	17.535*	47.278
Migrantes do Estado Paraná**	2.093hab. 1,66% da população	13.558 hab. 5,75% da população

**Fonte:** Andrade (2011). Elaborado pelo autor (2015).

**Notas:** \* Corresponde ao ano de 1970. \*\* População economicamente ativa.

<sup>2</sup>Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br>. Acessado em 24 jul. 2015.

Atualmente, no que tange indicadores econômicos, o município, localizado na região Sul do país, município polo da microrregião nordeste do Estado de Santa Catarina, Joinville é a maior cidade em termos econômicos, responsável por 20% das exportações do Estado. É também o 3º polo industrial da região sul do país. A cidade concentra maior parte da atividade econômica na indústria, com destaque para os setores metalmeccânico, têxtil, plástico, metalúrgico, químico e farmacêutico. Possui PIB/capita em R\$ 26.865,04 e índice de desenvolvimento humano (IDH) de 0,857 (JOINVILLE, 2011).

**Quadro 1** - Dados sócio-políticos sobre o município de Joinville

Indicadores		Fonte
<b>População</b>	Total: 515.250 (estimativa) Urbana: 497.788 Rural: 17462	IBGE / ano 2011
<b>Área</b>	1130,878 km <sup>2</sup>	IBGE
<b>PIB Bruto</b>	R\$ 13.220.312.809,00	IBGE / 2011
<b>PIB per capita</b>	R\$ 26.865,04	IPPUJ 2011
<b>IDH</b>	0,857	PNUD / 2000
<b>Eleitores</b>	358.093 eleitores	IBGE / ano 2011
<b>Microrregião</b>	Microrregião do Nordeste de Santa Catarina	AMUNESC

**Fontes:** IBGE (2011); Joinville (2011). Elaborado pelo autor (2015).

Entretanto, como foi possível perceber no desenvolvimento do município, muitas mudanças produziram impactos significativos em sua trajetória. O fenômeno do crescimento econômico pujante no município, associado à migração de populações oriundas de cidades do interior catarinense - mas principalmente paranaenses, em busca de trabalho - torna Joinville uma cidade industrial, mas com muitas carências, entre elas, as de infraestrutura para habitação. Problema esse, muito comum nas cidades em que se verificam afluxos de grandes contingentes de migrantes, vai se tornando particularmente grave no município. Ao que parece, essas carências permaneciam reclusas às camadas migratórias que chegavam ao município e habitavam as periferias. O espírito de cidade *ordeira e feliz* produzido pelas elites do poder e já fortemente arraigadas na tradição local ainda não estava maculado, mesmo diante das mazelas sociais que começavam a atingir o município.

O crescimento industrial joinvilense ocorreu paralelo ao período da ditadura militar. O discurso de “cidade ordeira e feliz” era sempre recuperado pelas elites políticas e organizações de classe, a fim de manter a população disciplinada e sem ações subversivas que contrariassem os ditames políticos vigentes. Da parte da organização sindical, pouco se via, pois historicamente a luta institucional dos trabalhadores via sindicatos, pouco interferia nas

relações entre capital e trabalho, pois o que importava era o crescimento industrial do município (GUEDES, 2000, p. 200). Para Figueiredo; Lamounier (1996) as entidades patronais eram dotadas de grande poder decisório sobre as questões da cidade, enquanto que os sindicatos dos trabalhadores, nunca tiveram muita expressividade na tomada de decisão.

Entre as décadas de 1880 e 1920, tem-se no município o início das primeiras experiências sindicais. Em 1917, ocorreram as primeiras notícias sobre movimentos grevistas de operários no espaço urbano de Joinville. Buscavam, acima de tudo, melhorias salariais. No meio rural, também houveram manifestações sociais de agricultores resultando na fundação das chamadas Liga de Lavradores (*Bauerbund*)<sup>3</sup>. Reivindicavam o barateamento dos produtos de primeira necessidade. “Posterior a este acontecimento é que o operariado local vai perdendo cada vez mais sua força de coerção contra as empresas e os sindicatos foram adquirindo cada vez mais um caráter assistencialista” (GUEDES, 2000, p. 130).

Conseqüentemente, esse comprometimento com o labor diário, levava a população a um amortecimento na participação política, à medida que assimilava padrões pacíficos de comportamento, ações conservadoras e defesas de ideais ligados à ordem. Alguns atores do associativismo civil da época figuravam nesse contexto anticontestatário e antirreivindicativo. Entre eles, se não o mais importante: a Associação Comercial e Industrial de Joinville. Doravante, chamada de ACIJ.

## **1.2 A formação da ACIJ e o seu papel sociopolítico no município**

O terreno para a formação da ACIJ no município, já se apresentava preparado dada as condições preexistentes para o afloramento de formas associativistas locais. No período de formação da entidade, outras manifestações de diferentes categorias de trabalhadores vieram à tona: de padeiros, dos trabalhadores de carga e desembarque do porto local, de operários da construção civil, entre outros. O objeto das reivindicações consistia em reparações salariais, redução das longas jornadas de trabalho e no cumprimento das leis trabalhistas pelo empresariado local.

---

<sup>3</sup> Através da Liga dos Lavradores, envio de resoluções e protestos foram enviados às autoridades municipais reclamações ligados principalmente ao recolhimento de impostos municipais. Porém, as autoridades do município acusavam a Liga de anarquismo, argumento esse que impedia ainda mais qualquer tentativa de fixação em uma cidade conservadora (GUEDES, 2000, p. 142).

É nesse horizonte que emerge na cidade a ACIJ<sup>4</sup> como um importante ator social que desempenharia definitivamente importantes atuações no cenário social, político e econômico do município.

De acordo com TERNES (1986, p. 253)

a Associação Comercial e Industrial de Joinville (ACIJ), entidade de classe patronal, considerada responsável pelo destino de polo industrial que anos mais tarde o município viria a se tornar, liderando em muitos aspectos todo o processo econômico catarinense.

Num sentido macro, a ACIJ faz parte do associativismo civil local. Sobre esse aspecto, as primeiras formas associativas do município ocorreram em torno dos espaços de diversão: os salões de baile e as pistas para jogos de bolão. Estes, concentrariam com maior frequência os homens e mulheres da colônia (GUEDES, 2000, p. 67).

A trajetória da tradição associativa nos primeiros anos do município, foi marcada pela existência de grupos eminentemente atrelados à tradição germânica orientados à cultura, ao lazer, educação e religião. Figura nesse cenário agrupamentos ligados ao mundo do trabalho em função do avanço dos ideais capitalistas no município. Mas mesmo diante dos primeiros sinais de grupos de natureza reivindicatória como os sindicatos, as ligas camponesas e cooperativas; pouca ou quase nenhuma mudança se via em função da forte atuação do associativismo de classe empresarial cooptando as lideranças deixando-as despolitizadas. Importantes modificações nesse universo aconteceriam somente na década de 1960 com o início da forte industrialização no município.

Fundada em 16 de fevereiro de 1911, quando o município contava com 25 mil habitantes. Desde essa época, foi da natureza da instituição a congregação do empresariado local. Desde o ano de 1921 a ACIJ atua como destaque no segmento associativo do município<sup>5</sup>. Agente importante para o entendimento dos desdobramentos das forças sociais e políticas do município, organizou o empresariado municipal nos anos em que a economia mais cresceu – os anos 60. “Necessitava-se de mão de obra especializada para as novas fábricas, assim, os operários foram preparados técnica e ideologicamente para trabalhar (SOUZA, 2005, p. 2010).

---

<sup>4</sup> De acordo com TERNES (1986, p. 253) a Associação Comercial e Industrial de Joinville (ACIJ), entidade de classe patronal, considerada responsável pelo destino de polo industrial que anos mais tarde o município viria a se tornar, liderando em muitos aspectos todo o processo econômico catarinense. Fundada em 16 de fevereiro de 1911, era um órgão aglutinador de comerciantes e industriais.

<sup>5</sup> E desde 1984 da Associação de Joinville e Região para a Pequena, Micro e Média Empresa – AJORPEME – como experiência do associativismo empreendedor. Disponível em: <http://ajorpeme.com.br/index/> Acesso em: 24 jul. 2015.

Na época de sua fundação, as reuniões ocorriam na casa de Hermann August Lepper (1851-1941), seu primeiro presidente. Foi um industrial e comerciante do ramo têxtil, além de político influente. A principal agenda das discussões da entidade versava sobre as variações de impostos cobrados. A ACIJ exercia obras ligadas ao poder municipal no que diz respeito à melhoria para o desenvolvimento das indústrias da cidade e da região, graças à influência de seus dirigentes de forte influência política.

Para Costa (2005, p. 157) ‘uma das preocupações básicas da entidade era o atendimento às prioridades comunitárias, na orientação dos sócios às questões trabalhistas, fiscais e tributárias, desde o início com profundos interesses político-partidários. Essa observação é fácil de se comprovar, quando verificada a lista dos prefeitos do município e a dos membros da diretoria da entidade. Esse forte cruzamento entre suas elites, a transforma numa das mais importantes entidades mantenedoras do poder dominante local. O quadro 02 apresenta algumas ligações entre os presidentes da entidade e suas atividades sócio-políticas e econômicas no município.

**Quadro 02 – Paralelo entre presidência da ACIJ e segmento político-econômico**

Nome do presidente/exercício	Segmento econômico/influência no município
Hermann Augusto Lepper (1911 a 1915)	Teve participação ativa na vida social, cultural e empresarial da cidade.
Emílio Stock (1915 a 1916)	Empresário do comércio atacadista e varejista
Arthur Ferreira da Costa (1916 a 1918)	Profissional liberal - advogado
<b>Procópio Gomes de Oliveira</b> (1918 a 1923)	Empresário, comerciante e político. <b>Foi prefeito em 1903-1907 e 1911-1914*</b>
Hans Jordan (1923 a 1927) Felinto Jordan (1966 a 1969)	Família de empresários do setor de erva-mate e importação de veículos.
Henrique Douat (1928 a 1929 e 1935 a 1936) <b>Arnaldo Moreira Douat</b> (1937 a 1940 e 1976 a 1978) Oswaldo Moreira Douat (1972 a 1974) Etienne Arnaldo Douat (1980 a 1982)	Membros de família de empresários do segmento de plásticos, metalurgia e de políticos locais. <b>Arnaldo Moreira Douat assumiu a prefeitura em 1940-1944*</b>
Ricardo Karmann (1927-1928/ 1929 a 1931/1932 a 1933)	Profissional liberal - médico e membro de família de profissionais liberais e industriais da cidade
Rodolfo Colin (1931 a 1932)	Profissional liberal - contador
Guilherme Urban (1933 a 1934)	Industrial
Edgar Klein (1933 a 1934)	<i>Não encontrado</i>
Otto Schlemm (1934 a 1935)	Industrial
Zacharias Sysak (1934 a 1935)	Atacadista
Alberto Bornhschein (1934 a 1935)	Varejista
A.M.Schmalz (1935 a 1936)	Industrial do ramo de cervejaria. Membro de família de políticos locais.
Júlio Manteuffel (1935 a 1936)	Varejista
Leonardo Meinert (1933 a 1934) (1936 a 1937)	Industrial
Max Keller (1936 a 1937)	Atacadista
Oswaldo Schlemm (1936 a 1937)	Empreendedor do ramo varejista
Werner Metz (1940 a 1943)	Industrial - Cervejaria artesanal Antarctica (Catarinense)
Ademar Garcia (1943 a 1961)	Profissional liberal - advogado



Roberto Stein (1961-1963)	Empresário do ramo varejista
Hans Peter Stein (1962 a 1964)	Empresário do ramo madeireiro
Hans Dieter Schmidt (1964 a 1966) (1969 a 1970)	Empresário do ramo da metalurgia
Norberto Willy Schowssland (1970 a 1972) (1982 a 1983)	Empresário do segmento têxtil
Noberto Cubas da Silva (1978 a 1980)	Empresário do segmento de metalurgia
<b>Udo Döhler</b> (1974 a 1976) (1983 a 1984) (1987 a 1989) (2007 a 2009) (2011 a 2012)	Empresário do segmento têxtil - <b>atual prefeito*</b>
Oswaldo Neves de Aguiar (1984 a 1985)	<i>Não encontrado</i>
Mário Eugênio Boehm (1986 a 1987)	Varejista e comerciante
Raul Schmidt (1989 a 1991)	<i>Não encontrado</i>
José H. Carneiro de Loyola (1991-1993)	Político local
Edgard Nelson Meister (1993 a 1995)	<i>Não encontrado</i>
Ninfo Valtero König (1995 a 1997)	Industrial do ramo de plásticos.
Albano Schmidt (1997 a 1999)	Industrial do ramo de metalurgia.
Moacir Thomazi (1999 a 2001)	Empresário do ramo do jornalismo impresso
Moacir Luiz Bogo (2001 a 2003)	Empresário do ramo de transportes
Jaime R. Grasso (2003 a 2005)	Empresário do ramo da engenharia e metalurgia
Sérgio R. Alves (2005 a 2006)	Profissional liberal - direito e administração de empresas
Nivaldo Nass (1985 a 1986) (2006 a 2007)	Empresário do segmento de plásticos
Carlos Rodolfo Schneider (2009 a 2011)	Empresário do setor de metalurgia, imobiliário e transporte
Mario Cezar de Aguiar (2012 a 2014)	Vice-presidente da Federação de indústrias de Santa Catarina e empresário da construção Civil
João Joaquim Martinelli (2014-2015)	Profissional liberal - advogado e empresário de escritório de advocacia

**Fonte:** PIAZZA (1985); ACIJ (2016)<sup>6</sup>. Elaborado pelo autor (2016).

\*Grifos do autor. Referem-se aqueles que ocuparam o cargo de prefeito municipal.

Quanto ao caráter das deliberações da associação, tangenciava a defesa dos interesses das classes produtoras, e, no entanto, passou a ideia de estar a favor da comunidade e do bem comum, porém, a maioria da população nem sabia da existência de tal associação, que decidia seu destino econômico e político, ocupando uma posição privilegiada e das mais importantes para Joinville, até nos dias de hoje (COSTA, 2005).

Em todo o período desde a criação e desenvolvimento desta entidade patronal:

a questão social foi reconhecida e politizada dentro dos meios oficiais, ao mesmo tempo em que ia sendo despolitizada dentro do meio operário, cooptada e atraída para dentro do aparelho estatal. Os sindicatos deixam de ser literalmente órgãos autônomos para serem órgão do Estado, assumindo a questão social com reconhecimento público e político (GUEDES, 2000, p.160).

Os vínculos entre a elite empresarial e elite política na trajetória do município se revelou através da ocupação de cadeiras na prefeitura ou por presidentes da ACIJ ou por membros de famílias de empresários tradicionais. Somente o atual prefeito Udo Döhler (PMDB) já ocupou a presidência da entidade por 05 mandatos. Desde a sua fundação, em 1911, foram 57 presidentes, três desses foram prefeitos<sup>7</sup>. Todavia, muitos prefeitos foram

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www.acij.com.br/>. Acesso em: 10 jun. 2016

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/>. Acesso em: 24 jul. 2015.

industriais, comerciantes e varejistas importantes, que mesmo sem terem sido presidentes da entidade, tiveram suas empresas e ou segmento industrial representado na ACIJ. Os vínculos sempre foram fortes. Pelo menos, 04 membros de famílias da elite industrial, ocuparam a prefeitura: Wetzel, Colin, Buschle e Schneider. Além disso, a elite comerciante seja ela de origem portuguesa ou germânica também ocupou a prefeitura<sup>8</sup>.

A título de exemplo, algumas famílias locais [além daquelas já citadas] exerceram grande influência nos destinos políticos, econômicos e culturais do município. A família Lepper originária da Alemanha começou em 1852, tem participação ativa na vida social, cultural e empresarial da cidade. A família Schmalz, originária da Suíça fundou a primeira cervejaria na cidade e seus descendentes marcaram atuação na vida pública. A família Wetzel, originária da Saxônia, contribuiu para o desenvolvimento de Joinville nas áreas da indústria metalúrgica e também nos campos social, político e cultural. Os Buschle, originários da Alemanha destacaram-se na indústria e no cenário político catarinense<sup>9</sup>.

A tradição de prefeitos que ocuparam a cadeira do executivo municipal foi marcada pela vinculação às atividades industriais, comerciais, varejistas e de profissionais liberais do atuantes no município. O recorte cronológico escolhido acompanha o ano de fundação da ACIJ - 1911. Período esse, já compreendido no republicanismo. Antes de 1911, o município contou com mais de 20 presidentes de câmara e ou intendentess (nomenclaturas utilizadas para prefeitos no período monárquico e nos auspícios da república (PIAZZA, 1985).

Sobre os prefeitos e suas filiações partidárias, durante o período monárquico, a prefeitura foi ocupada pelos partidos Liberal e Conservador que se alternavam nos cargos entre 1869 e 1887. Nesse período, 09 foram os ocupantes da prefeitura. A partir de 1890 até 1911, já no período republicano, o cargo foi ocupado por 10 representantes distintos. Após 1911, em termos nacionais, os partidos republicanos são acompanhados pelo partido da Ação integralista brasileira e pelo Partido comunista do Brasil. Proibidos durante o Estado Novo (1937-1945) os partidos políticos retornaram com a redemocratização em 1945. Neste período se destacaram o PSD e o PTB, porém a União Democrática Nacional (UDN) foi um importante partido de direita no período. Partido de orientação conservadora de direita. Congregava setores da burguesia e da classe média urbana. Seus integrantes eram representantes das antigas oligarquias regionais que comandavam os Estados nos períodos

---

<sup>8</sup> Para mais informações, consultar o sitio. Disponível em: <http://www.acij.com.br/>. Acesso em: 24 jul. 2015.

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/noticia/2009/02/exposicao-da-sociedade-cultural-alema-expoe-a-historia-dos-sobrenomes-2401609.html>>. Acesso em: 10 jun. 2016

anteriores do coronelismo. Membros deste partido estariam mais tarde, à frente do chamado golpe militar (PIAZZA, 1985; TERNES, 1986, CARRERÃO, 2006. CAHACON, 1998).

Ainda na Era Vargas, surgiu o Partido de Representação Popular (PRP), compreendido como nacionalista e de extrema direita. Foi extinto em 1965, com seus integrantes migrando para ARENA (CHACON, 1998). Do ponto de vista partidário, as mudanças ideológico-partidárias começariam a se alterar a partir de 1973 com a chegada do MDB com o então prefeito Pedro Ivo Campos

**Quadro 3:** Amostra dos prefeitos municipais e seus partidos políticos

Prefeito	Ano	Partido
Abdon Batista	1915-1918 / 1919-1921	Partido Liberal
Plácido Olímpio de Oliveira	1930-1933	Partido Liberal /UDN
Aristides Largura	1936-1938	Partido Integralista e PTB
João Herbert Érico Colin	1947-1950 / 1956-1957	UDN
Baltasar Buschle	1958-1961	PRP(com apoio do PSD e do PTB)
Helmuth Ernesto Fallgater	1961-1966	PSD, PTB, PDC e PSP
Nilson Wilson Bender	1966-1970	UDN/ARENA
Harald Karmann	1970-1973	ARENA
Pedro Ivo Campos	1973-1977	MDB
Luiz Gomes	1989-1992	PDS
Luiz Henrique da Silveira	1997-2000	PMDB
Marco Antônio Tebaldi	2005-2008	PSDB
Carlito Meress	2009-2012	PT

**Fonte:** Piazza (1985); Ternes (1986); Carrerão (2006). Elaborado pelo autor (2016).

Cabe salientar que a trajetória daqueles que ocuparam a função de prefeitos na longa história do município, a pertença ao segmento industrial era uma constante. Mesmo que houvessem representantes de funções liberais, tais como: médicos, advogados, contadores, economistas, jornalistas e engenheiros. Isso de alguma forma formava um tipo de triangulação de poder e influência que repercutia na ocupação de espaços decisórios na estrutura sócio-política do município. A tradição familiar – o segmento industrial – e a política local, constituíam os vértices da tríade das Elites do Poder. A ponte entre as estruturas de poder local, não vêm marcadas pela presença de uma pessoa, mas sim, pela permanência e representatividade do segmento econômico que perenemente forneciam os representantes – agentes individuais – para ocupar a função de prefeitos no município.

Ora, ser presidente da ACIJ não se revela como causa de ser um prefeito, contudo, fazer parte do segmento industrial, comercial e varejista, torna-se [e ainda é] variável forte que influi na ocupação da presidência da entidade e também no posto de prefeito municipal. Como já apontado, somente três presidentes da ACIJ desde a sua fundação (1911) ocuparam o cargo de prefeito: Procópio Gomes de Oliveira, Arnaldo Moreira Douat e Udo Döhler. No mesmo período temporal, muitos daqueles que se tornaram prefeitos, vieram de funções do

segmento industrial. Dos 28 prefeitos, compreendidos entre os anos 1911 e 2016, com exceção dos três outrora mencionados que como presidentes da ACIJ também assumiram a função de prefeito, 07 vieram de segmentos industriais, varejistas e comerciais e 19 de segmentos das profissões liberais e de linhagens de políticos ‘profissionais’, tais como: engenharia, direito, medicina, contabilidade, jornalismo (PIAZZA, 1985).

Por isso a necessidade de compreender a classe dirigente e, no caso da pesquisa em andamento, compreender em especial a ação dos modernos líderes econômicos, os empreendedores, pois além de criar novas combinações, eles têm a tarefa de dar continuidade à organização, pondo em prática técnicas que asseguram vantagem econômica através de novas práticas comerciais, financeiras e/ou de produção. Sendo assim, as antigas práticas empresariais passam a orientar-se por formas de pensamento e ação social de novo tipo (GUARALDO, 2012, p. 82).

Nessa toada, esses empresários, “associando-se uns aos outros intimamente, têm consciência do fato de pertencerem à classe das famílias liderantes” (MILLS, 1981, p. 49). Contudo, mais do que famílias detentoras do poder local, a elite empresarial é composta por um conglomerado de empresas, formadas por diferentes famílias, mas nem todas elas têm suas origens na tradição germânica do município. Em que pese as ponderações, em todas elas haveria um interesse comum: o desenvolvimento e *empowerment* de uma elite empresarial.

Um espectro da cultura germânica sondava a todos os habitantes da colônia e se perpetuava ao passo dos anos. Mesmo após o forte crescimento populacional e o intercâmbio de pessoas oriundas principalmente do Estado do Paraná, a aura germânica de ética para o trabalho permanecia arraigada entre seus habitantes. Estar em Joinville significaria incorporar essa construção social altamente simbólica.

Mais que um espírito, era uma ascese particular de economia, moderação e autocontrole próprios das populações nórdicas e protestantes que, movidas pela moral do trabalho, tinham como princípio a disciplina, a obediência e a ordem; o que teria estimulado a organização racional e a solidariedade nas suas comunidades. Nesse contexto fortemente hostil, dada às condições da localidade geográfica, os imigrantes alemães reforçaram seu forte espírito comunitário. Justifica-se por conta disso, as várias sociedades de apoio que foram fundadas com a finalidade de integração dos primeiros habitantes (GUEDES, 2000).

O perfil do imigrante alemão era de alta sofisticação socioeducacional, porém, fortemente marcada por um insulamento cultural. Seria como se vivessem em “um Estado dentro do próprio Estado” (TERNES, 1986, p. 7). O fortalecimento de uma sociedade essencialmente competente em termos de convivência social, fechada sobre si mesma, onde os traços culturais e espirituais trazidos da Europa se fortaleceram, ampliando sensivelmente

as diferenças com a comunidade luso-brasileira. Para Piazza (2011, p. 26), os imigrantes descendentes de imigrantes europeus, no Sul do Brasil “em sua maioria isolados em relação aos hábitos das cidades, conservaram comportamentos e tradições semelhantes aos de sua pátria de origem”.

Em sentido macro, o processo de socialização da população dentro do espectro da cultura germânica se deu com a criação de escolas, do jornalismo impresso, da maçonaria, do comércio e da política. O padrão europeu de cultura foi configurado através das Igrejas e disciplina para o trabalho. Nessa direção, é preciso

sublinhar como importante na evolução econômico-social de Joinville, os traços gerais da família alemã, coesa, unida, disciplinada, com traços religiosos acentuados, especialmente pela ética protestante e a nova visão de lucro e trabalho (TERNES, 1986, p.182).

Entre os anos 1880 e 1920, mesclas de elites na liderança econômica, política e cultural se organizavam entre famílias portuguesas e germânicas. Os luso-brasileiros também buscavam cuidar muito bem da preservação e ampliação dos seus interesses políticos e econômicos no município. Essas famílias apresentavam elevados índices de cultura, esclarecimento intelectual e político; que muito bem articuladas, adotavam sistema de compadrio para a preservação de seus interesses econômicos e políticos (TERNES, 1986, 182).

Por ser a década de 1960 um período de forte avanço da industrialização em Joinville, necessitou-se de mão de obra externa, especializada ou não para ocupar as vagas abertas nas indústrias. E de acordo com as elites empresariais, esses trabalhadores deveriam ser preparados técnica e ideologicamente dentro do imaginário coletivo de “cidade laboriosa”, ordeira e feliz. Esta harmonia entre as classes vigentes era perfeitamente questionável, mas não aos dirigentes políticos e empresariais. Associava-se a esta ideia à igreja local, as entidades assistencialistas e beneficentes, como foi o caso dos grupos de *Lions* clube local. Estas associações acabavam por assim dizer, legitimando o espírito coletivo da época.

## **2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A ELITE DO PODER**

A obra *Elite do Poder* de Charles Wright Mills (1916-1962) publicada originalmente em 1956, e traduzida no Brasil pela primeira vez em 1962 pela Zahar Editores, é uma produção de grande envergadura no campo da sociologia e da ciência política. Com base nela, se permite uma compreensão robusta e ampliada de grupos e estruturas diversificadas do poder. Orbita em torno da grandeza da obra, a mobilização de diferentes variáveis analíticas e

empíricas [espaços geográficos, relações pessoais, religião, etnia, origens sociais, estilos de vida] traçadas para o entendimento das elites do poder estadunidense.

Por elite do poder, entende-se “a elite do poder é composta de homens cuja posição lhes permite transcender o ambiente comum dos homens comuns e tomar decisões de grandes consequências” (MILLS, 1981, p.12).

Ao abordar sistematicamente e de forma complexa o *modus operandis* das elites do poder estadunidense, Wright Mills alarga o espaço de pesquisa no campo da sociologia do poder e da dominação. Além disso, a obra ocupa com Robert Dahl e Joseph Schumpeter uma segunda geração de estudiosos dessa temática após as contribuições de Robert Michels, Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca.

A obra, alicerçada ao longo de quinze capítulos, tem sua lógica construída no exercício de compreensão das elites enquanto um fenômeno local [nível micro de análise sociológica] para as estruturas nacionais [nível macro de análise sociológica]; embora, a obra possa ser situada dentro da tradição analítica da microsociologia, pois enfatiza sobremaneira as elites como objeto analítico. Efeito disso é um equilibrado balanço entre as dimensões micro e macro das teorias sociológicas.

Mills tece sua obra em torno da existência de um plano governamental formado pelos executivos, pelos militares e pelos políticos. Formam um grupo coeso segmentado em três elites estritamente relacionadas. Mantém entre si uma unidade fortemente entrelaçada. Não sem importância, Mills, atribui um tipo de relevância ao poder das massas, embora essas não comporiam a tríade das elites, ou as *altas rodas* [Estado, forças armadas e empresas]. Seu poder [o das massas] seguiria em outra direção, e esta não seria a mesma dos decisores do poder.

### **3 ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL E ELITE DO PODER – UMA ANÁLISE COMPARATIVA**

O exercício de interpretação da elite empresarial joinvilense através das variáveis estabelecidas por Mills, é uma tarefa que não se realizará neste trabalho. Além disso, é relevante ponderar que a mobilização de conceitos construídos dentro de um dado contexto histórico e transpostos para o entendimento de fenômenos semelhantes recai por vezes em anacronismos e erros interpretativos e analíticos. Isto é, os grupos sociais, os fenômenos, as trajetórias das elites empresariais estadunidenses [foco da abordagem] e as elites empresariais joinvilenses não poderiam ser comparadas. Entretanto, o que se deseja é tão somente uma

interpretação e discussão da formação da ACIJ enquanto entidade representativa da elite industrial local e como efeito, permitir outras compreensões científicas, diferentes das construídas pela historiografia.

Nestes termos, desde a sua constituição, a entidade empresarial assumiu para si a responsabilidade de ser o arauto das principais decisões políticas, econômicas e sociais fundamentais para o desenvolvimento do município. Entende-se aqui, uma justificativa e até mesmo exemplificação da referência que Wright Mills faz às estruturas de poder locais quando afirmara ser a sociedade local

uma estrutura de poder, bem como de hierarquia de posição social, em sua cúpula, há uma série de igrejinhas ou grupos cujos membros julgam e decidem os assuntos importantes da comunidade, bem como, questões muito mais amplas do Estado e da nação, nas quais “a comunidade” foi envolvida. [...] Em quase todos os assuntos de interesse ou que demandam uma decisão, um grupo de cúpula, ou mesmo um homem-chave, torna-se estratégico para a decisão em questão e para a coordenação informal do apoio que necessitam entre os grupos importantes (MILLS, 1981, p. 49-50).

Para o referido autor (1981, p. 29) o entendimento da elite do poder, atravessa três aspectos relevantes: 1) “a psicologia das várias elites em seus respectivos meios”, ou seja, a composição de uma unidade de “homens de origens e educação semelhantes”, 2) a estrutura e a mecânica das hierarquias institucionais. Diz respeito a existência de vínculos entre unidades de elites e unidades institucionais, 3) a formação de um corporativismo, ou seja, uma percepção de que interesses diversos poderiam estar associados e operando em conjunto.

Nas distinções estabelecidas pelo autor estadunidense acerca dos tipos de elites<sup>10</sup>, interessa-nos aquelas ligadas “aos postos de comando, e com o papel que desempenham na história da nossa época” (MILLS, 1981, p. 26). Entende-se que no município de Joinville este papel esteve atribuído à ACIJ desde o seu período de formação, inclusive se estendendo na atualidade. E mesmo que as demais sejam relevantes e possam ser aplicadas, interpreta-se que essa tipologia conceitual seja a que melhor definiria esse arranjo associativo no município.

A ACIJ, enquanto associação, compõe um tipo de estrutura diversificada do poder local. Mais que um conglomerado de empresas, ela forma uma força política de grande atuação local. Poder-se-ia supor, que ao fazer parte dessa instância, os líderes [elite empresarial] passariam a ocupar aquele espaço que Mills (1981) denominou por *altas rodas*. Diferente do modelo estadunidense estudado pelo autor aonde um elo forte e coeso se formaria entre as elites econômicas, políticas e militares; no quadro brasileiro das *altas rodas*,

---

<sup>10</sup>Os tipos conceituais de elites são: 1) da posição institucional e da estrutura social, 2) dos valores escolhidos, 3) da participação de um conjunto de pessoas semelhantes a uma igreja e 4) a moralidade de certos tipos de personalidade (MILLS, 1982, p. 25).

este vínculo não estaria constituído dessa forma. O entrelaçamento e trânsito entre os membros da tríade não seria tão fluido. Ao menos em Joinville, a elite do poder empresarial atuaria muito mais vinculada ao poder político do que com a elite militar; outro segmento do poder.

No desenvolvimento da história do município ao longo do século XX, em especial, o período de constituição das elites empresariais, a elite religiosa [clérigos católicos e protestantes] também exerceu forte domínio local. Esse aspecto não foi abordado nesse trabalho, mas é uma informação relevante para futuras pesquisas. Dessa forma, entre as quatro elites – econômica, política, religiosa e militar; a intersecção maior se fazia [e ainda se faz] entre a econômica e a política e em menor escala, entre a religiosa e militar<sup>11</sup>. As *altas rodas* eram constituídas de uma elite sem os militares. A análise de Mills (1981) sobre as elites operava num sentido macro ou estrutural da sociedade americana, enquanto a análise que está sendo proposta, se dá exclusivamente entre as elites locais de Joinville.

A forte ascensão da elite empresarial, a consolidação da ACIJ e a pujança econômica do município tiveram seu grande auge no período da ditadura militar. Por esse motivo e somente nesse período, entende-se que as *altas rodas* da elite do poder joinvilense estaria completa. A imagem da cidade do trabalho foi alimentada pelo empresariado local e também pelo poder público. No regime militar o governo contou com o apoio do povo joinvilense. Referência que remetia a ideia de participação em massa e de homogeneidade. O principal ator da instância militar foi o 13º Batalhão de caçadores, representante das forças armadas na região de Joinville, articulado com as elites políticas, econômicas e eclesiásticas. Seu papel era de garantir a ordem, impedindo qualquer força de oposição (SOUZA, 2005, p. 202).

Um ponto em comum à análise do sociólogo no contexto norte-americano, quando comparado ao período sócio-histórico em que se delimita este estudo, é que, em se tratando desse estrato dominante

a maioria de seus membros tem origens sociais semelhantes, que durante toda a sua vida mantém uma rede de ligações informais, e que há um certo grau de possibilidade de intercâmbio de posição entre as várias hierarquias de dinheiro, poder e celebridade (MILLS, 1981, p. 20-21).

---

<sup>11</sup> Sobre demais vínculos entre elites econômicas, políticas e religiosas, consultar o trabalho SOUZA, Sirlei. **Ecos de resistência na desconstrução da ordem: uma análise da Revolução de 64 em Joinville.** Florianópolis, SC, 1998, 145 p. Dissertação de Mestrado em História. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.



Ora, em relação aqueles que não ocupam essa posição – a população em geral, Wright Mills se refere como sendo a massa. Para o autor estadunidense (1981, p. 23) “o resto da população é a massa, que segundo esse conceito, apaticamente mergulha numa mediocridade desconfortável”.

Diante do escrito, o que se revela até o momento acerca da trajetória da tradição associativa nos primeiros anos do município, é a existência de grupos eminentemente atrelados à tradição germânica, orientados à cultura, ao lazer à educação e à religião. Na mesma medida que figuram agrupamentos humanos de origem agrária, mas transferindo-se em larga escala para o mundo do trabalho fabril. Acorriam às empresas e iniciava-se a formação da massa do operariado local.

Porém, mesmo diante dos primeiros sinais tanto da existência quanto da atuação de grupos de natureza reivindicatória, tais como os sindicatos, as ligas camponesas e as cooperativas; pouca ou quase nenhuma mudança estrutural se via em função da forte atuação amortecedora originada no associativismo da classe empresarial. Cooptava as lideranças e deixava-as despolitizadas.

Importantes modificações nesse cenário aconteceriam a partir da década de 1960 com o início da forte industrialização no município e a chegada de migrantes do Estado do Paraná. Esse fenômeno mudaria de uma vez por todas o tipo de relação travada entre a elite do empresariado local e a população do município.

Ora, no que se refere a ACIJ propriamente dita, em todo o período, desde a criação e desenvolvimento dessa entidade patronal:

a questão social foi reconhecida e politizada dentro dos meios oficiais, ao mesmo tempo em que ia sendo despolitizada dentro do meio operário e fortemente atraída para dentro do aparelho estatal. Os sindicatos deixam de ser literalmente órgãos autônomos para serem órgãos do Estado, assumindo a questão social com reconhecimento público e político (GUEDES, 2000, p.160).

Nesse imbróglio, a ACIJ teve grande participação no processo. Sua mobilização se deu em função do medo de perder suas riquezas e o poder que detinham, os seus integrantes, na ocorrência de um levante social (SOUZA, 2005).

Em se tratado das massas, em Joinville, ela tinha um nome – o operariado. Era um grupo extremamente denso, mas conduzido a um tipo de ação política amplamente anticontestatária e antireivindicativa. Transformou-se em objeto de manipulação da elite empresarial e simultaneamente da elite política.

Esses despossuídos, que alimentavam o contingente da grande leva do operariado local, formavam muito mais uma sociedade de massas do que uma comunidade de públicos (MILLS, 1981). Nas massas, não haveria participação política, as vozes não se transformariam em “discussão da opinião como fase importante do conjunto de atos pelos quais as questões públicas são conduzidas” (MILLS, 1981, p. 351). O que haveria seria somente um hiato entre a pequena elite do poder e a grande massa de operários.

Como parte dessa massa, as mulheres também compuseram parte da elite do empresariado local. Ao menos como coadjuvantes. Somente na história recente da elite industrial joinvilense, que as mulheres começaram a figurar nos postos de comando; contudo, na longa tradição da entidade empresarial, nenhuma mulher ocupou a presidência desde a sua fundação em 1911.

Porém, na trajetória das elites empresariais no cenário joinvilense, contou-se com a União Cívica Feminina como um ator expressivo no período compreendido entre 1960 e 1980. Formada por mulheres, defendia interesses relacionados à manutenção das morais familiares, da religião e do trabalho. Atuavam de forma direta na legitimação da ação do exército contra as ameaças comunistas pelas quais poderia passar o Brasil e a própria cidade. Além disso, o civismo - nesse período - esteve ligado ao espírito religioso, com a afirmação de que é esse sentimento que conduziria o povo pelo caminho democrático.

em Joinville, as ações da União Cívica Feminina foram um sucesso. Além de conquistar a adesão de milhares de pessoas para a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", copiando mobilizações semelhantes pelo País afora, ainda organizou a campanha "Ouro de Joinville para o Brasil". Os joinvilenses doaram 6,2 quilos de ouro e CR\$ 23,2 milhões de cruzeiros (pouco mais de US\$ 17 mil dólares à época). "Somente no início dos anos 70, após o AI-5 assinado em 1968, com as notícias das torturas e mortes, que a população começaria a se dar conta do regime militar" (SAAVEDRA, 2004).

Ao discorrer sobre as mulheres das sociedades locais em relação às mulheres de executivos, Mills esclarece que a forma de ação e de atuação dessas mulheres distinguia-se daquelas que acompanhavam os maridos executivos nas grandes corporações. Entende-se que as mulheres das sociedades locais

são frequentemente mais ativas nas questões sociais e cívicas – particularmente as que se relacionam com educação, saúde e filantropia – quando mais não seja pelo fato de terem mais tempo para isso. Centralizam sua vida social nas cidades locais por ser “o que se deve fazer” [...] As mulheres locais, porém, pouco ou nenhum prestígio obtêm entre a elite das grandes empresas pela sua participação nos assuntos locais [...]. Uma mulher típica poderá ocupar-se exaustivamente de assunto cívicos [...] (MILLS, 1981, p. 57-58).

Além da presença das mulheres, pequenos agrupamentos familiares formavam a elite do poder industrial em Joinville. Sobre esse aspecto, Mills (1981, p. 41) afirmara que

um grupo superior de famílias pairava acima da classe média e sobre a massa da população de funcionários de escritórios e operários assalariados. Os membros desse grupo possuem a maior parte do que existe localmente para ser possuído. Seus nomes e retratos são impressos com frequência no jornal local e na realidade, o jornal é deles, como deles é a estação de rádio. Também são donos de três fábricas locais mais importantes e da maioria das casas comerciais ao longo da rua principal, dirigem ainda os bancos. Associando-se uns aos outros intimamente, têm consciência do fato de pertencerem à classe liderante das famílias liderantes.

Na esteira do *A Elite do Poder*, poder-se-ia sugerir que de maneira análoga às elites americanas, o empresariado local joinvilense, associado a outros através da ACIJ, enquadrava-se ao “grupo que possuía o máximo que se poderia ter. Dinheiro, poder prestígio [...]” (MILLS, 1981, p.18). E mesmo que nem todo o poder estivesse exclusivamente associado às instituições empresariais, ficava subentendido que “somente dentro delas e através delas o poder será mais ou menos contínuo e importante” (MILLS, 1981, p.18). Sobre esse aspecto, continua o autor, ao afirmar que

a elite do poder é composta de homens cuja posição lhes permite transcender o ambiente comum dos homens comuns, e tomar decisões de grandes consequências. Se tomam ou não tais decisões é menos importante do que o fato de ocuparem postos tão fundamentais: se deixam de agir, de decidir, isso em si constitui frequentemente um ato de maiores consequências do que as decisões que tomam (MILLS, 1981, p.12).

O capitalismo tardio do Brasil, repercutia na elite do poder em Joinville. Atuar na ACIJ desempenharia um duplo papel às empresas e suas elites: 1) fazer parte de um grupo homogêneo, corporativista que advogava em causa própria e 2) um exercício de ação política em prol do desenvolvimento local, mesmo que para esse fim, fosse necessário conluíus e conchavos políticos. Em que pese tais ponderações, essa elite não seria formada por solitários, mas sim, por grupos, conselheiros, promotores da opinião que [...] comandariam as principais hierarquias e organizações da sociedade moderna” (MILLS, 1981, p.12). A ACIJ, na sua gênese, formada por pequenos industriais, fortemente influenciados pela ética protestante, muito mais dotados de um comportamento ascético e disciplinados, do que uma elite de ricos ostentando status, fortunas, presenças em círculos de celebridades e posições de destaque na sociedade local.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A associação comercial e industrial de Joinville (ACIJ), é uma entidade que representa os interesses do setor industrial e comercial de Joinville, fundada em 1911, devido ao importante momento que atravessava a economia da cidade, manteve-se como órgão que organizou e articulou o empresariado nos anos em que a economia de Joinville mais cresceu (SOUZA, 1998)

Atuou como importante ator num longo cenário de densas transformações sócio-políticas que passara o país. No município de Joinville, seu papel foi de aglutinar os segmentos industriais, varejistas, comerciais a fim de constituir uma associação representativa e forte. Como efeito do trabalho associativo e gregário, permitiu a emergência de um Elite do Poder. Famílias assentadas na tradição germânica e também portuguesa, formavam um imaginário de cidade ‘ordeira e feliz’ à medida que atuavam de maneira pendular sobre o amortecimento e das massas de operários ao mesmo tempo que atuavam no desenvolvimento econômico e social do município.

Ao se investigar a breve trajetória das famílias tradicionais constatou-se que constituíam aquilo que Mills denominou como Altas Rodas, que distinta do modelo estadunidense, aonde vinculava forças militares, econômicas e políticas, em Joinville, as Altas Rodas, constituíram através de famílias, mulheres, clérigos e representantes religiosos e uma burguesia industrial em ascensão. O elemento ideológico que unificou a ação de todos esses atores, atravessou tanto interesses desenvolvimentistas, quanto interesses moralizantes das massas, passando pelo espectro combativo aqueles grupos ameaçadores do status capitalista. É, pois, neste cenário, que contava também com novas atitudes dos empresários locais.

Nesse sentido, a ACIJ, desde 1991, mantém um acordo de cooperação com a câmara de Artes e Ofício de Munique e Alta Baviera na Alemanha. O intuito dessa cooperação reside no fortalecimento desse tipo de arranjo associativo em prol do desenvolvimento do plano econômico catarinense. Desse acordo surgiram os núcleos setoriais que visa a profissionalização da gestão das entidades empresariais. Nessa linha, o empresariado migraria de concorrente para a condição de parceiro. Esse tipo de formação estaria em função da solução de problemas comuns às empresas do mesmo setor ou segmento.

Os novos rumos assumidos pela entidade na década de 1990, vem ao encontro de Mills (1981, p. 12), quando afirmou que essas elites “comandam as principais hierarquias e organizações da sociedade moderna”. Confirma também a tese de que “essa elite não é formada por solitários, mas sim, por grupos, conselheiros, promotores da opinião [...]” (MILLS, 1981, p.12).

Tal desdobramento da entidade nos chamados núcleos setoriais, reflete um aumento na densidade corporativista e protecionista da associação. São microformas associativistas cristalizando ainda mais o poder da elite empresarial. A grande tarefa desses núcleos consiste em fazer um novo arranjo de forças entre a liderança empresarial tradicional, grande parte dela formada pelas grandes empresas, mas sobretudo, entre as empresas de médio porte. Entretanto, para Mills (1981, p. 50),

o poder não reside nessas organizações de nível médio; as decisões-chaves não são tomadas por seus membros. Os homens da cúpula pertencem a elas, mas raramente como membros ativos. Como associações, esses grupos ajudam a pôr em prática a política elaborada pelos círculos superiores do poder; são o campo de treinamento, no qual os jovens dinâmicos provam suas qualidades. Por vezes, especialmente nas cidades pequenas, constituem a fonte de recrutamento para os novos membros da cúpula.

Ainda nessas considerações cabe uma crítica ao caráter densamente historiográfico adotado ao longo desse texto e a tese levantada acerca do caráter pacífico e anestésico que pairava sobre a massa de operários em termos de contestação política. O torpor ou espírito anticontestatório da população em geral de migrantes, operários, a massa da população guiada pelos ditames da elite empresarial pode ser questionada.

Num exercício de crítica, entretanto, mesmo diante das orquestrações discursivas produzidas pela ACIJ e por outras instituições locais, a saber: 62.º Batalhão de Infantaria de Joinville, União Cívica Feminina, Igreja, *Lions* Clube, Câmara dos Vereadores e Prefeitura; é urgente um questionamento da ideia de “conservadorismo” e de passividade da população conforme aponta Coelho (2010).

A autora outra citada, contesta a tese histórica do essencialismo, de que haveria uma “ordem natural” uma lógica *sui generis* na compreensão do campo de forças travado entre a elite do poder industrial e a presença dos migrantes. Quando observados “fora das fábricas”, recai sobre eles o papel de agentes de favelização, de criminalidade ou de descaracterização da cidade; dentro das fábricas, seriam operários. Coelho (2010) questionada profundamente uma essência imanente contida nos pioneiros imigrantes germânicos que aportaram no município no século XIX, reproduzida pelos empresários da ACIJ. Acredita que por detrás disso estaria o desejo de legitimação do poder social e simbólico desses grupos bem como o desejo de perpetuação do mesmo espírito através da criação de mitos e modelos explicativos repetidas vezes ensinados à massa do operariado.

No que tange as questões político-partidárias, em 1970, o cenário político é alterado a partir da entrada de novos atores da política institucional, como foi o caso do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Na cidade, este partido passou a ocupar papel de destaque

nas disputas eleitorais. Inseridos no contexto do bipartidarismo, vivia-se a chamada “oposição consentida” (FERNANDES, 1982). O sistema partidário durante a ditadura militar serviu como um lugar de amortecimento e cooptação dos interesses. A política continuava mantendo os descontentamentos da população cerceada e vigiada. Em Joinville, dada a crescente pressão popular que vinha se agigantando devido aos afluxos migratórios, o MDB foi empurrado para uma posição oposta ao regime militar, quer fosse pelo confronto direto através das eleições ou através da mobilização da sociedade.

Na constituição político-partidária do município, sempre se fizera presente, ao menos após 1964 com o surgimento do bipartidarismo, a administração da União Democrática Nacional (UDN) e Aliança Renovadora Nacional (ARENA); alimentados pelas oligarquias e pelo empresariado local, entenda-se a elite do poder empresarial, legitimada pelos grupos familiares tradicionais. Somente a partir de 1970, tem início uma guinada para ideologias de governo popular. No caso do município, o MDB, fundando em Joinville em 1966 foi responsável por esta nova dinâmica, todavia, cerceado pelo “dever” de não contestar o regime militar, este partido levou o enfraquecimento da direita entre as elites locais (CARREIRÃO, 2006). Mas o que teria levado a esta mudança na lógica partidária e nas forças políticas locais? Segundo os estudos de Guedes (2000) foi o intenso contingente de migrantes oriundos do interior do estado do Paraná e também migrantes vindos de outras cidades catarinenses formaram um grupo de adeptos aos ideais do MDB.

O período de mudanças sociais porque passou o município na transição da ditadura para a democracia, pode ser corroborada pela tese de Mills (1981, p. 329-330), ao afirmar que

a elite do poder não é uma aristocracia, o que equivale a dizer que não é um grupo político dominante baseado numa nobreza de origem hereditária. Não tem bases compactas num pequeno círculo de grandes famílias cujos membros podem ocupar as mais altas posições nos vários círculos superiores que se confundem com a elite do poder. Mas essa nobreza é apenas uma das bases possíveis da origem comum.

São épocas e circunstâncias especiais que levaram ao surgimento de uma elite do poder (MILLS, 1980). São as pessoas das altas rodas que tomam as decisões chaves. É, pois, através da centralização de meios de poder existentes e que lhes estão disponíveis que as decisões que tomam ou deixam de tomar repercutirão em diferentes escalas de grandezas às pessoas envolvidas.

## **5 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANDRADE, Marina. O Paraná é aqui. **Jornal A Notícia**. 12 dez 2011. AN destaque, p. 4. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/noticia/jsp/default2.jsp?uf=2&local=18&source=a3593237.xml&template=4187.dwt&edition=18555&section=887>. Acesso em: 24 jul. 2015.

CARREIRÃO, Yan de Souza. O sistema partidário catarinense (1980-2005): histórico e evolução. In: CARREIRÃO, Yan de Souza; BORBA, Julian (Org). **Os Partidos na Política Catarinense**. Eleições, processo legislativo, políticas públicas. Florianópolis: Insular, 2006, p. 19-48.

CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros**. Brasília, Editora UnB, 1998.

COELHO. Ilanil. **Pelas tramas de uma cidade migrante (Joinville, 1980-2010)**, 2010, 376 p. Tese doutorado em História Cultural, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis : 2010.

COSTA, Iara Andrade. A cidade da ordem: Joinville – 1917-1943. In: GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (org.). **História de (I)migrantes: O cotidiano de uma cidade**. 2. ed. Joinville: UNIVILLE, 2005.

FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. São Paulo: TA Queiroz, 1982.

FIGUEIREDO, Rubens; LAMOUNIER, Bolivar. **As cidades que dão certo. Experiências inovadoras na administração pública brasileira**. Brasília : MH Comunicações, 1996.

GUARALDO, Paula. Burguesia industrial e política: engajamento e ações dos empreendedores nas economias subdesenvolvidas. **Cadernos de Campo**, Araraquara, n.16 2012. p. 79-93.

GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (org). **Histórias de (I)Migrantes: o cotidiano de uma cidade**. Joinville: UNIVILLE, 2000.

JOINVILLE: a nova realidade social. **A Notícia**. 31 jan. 1980, Ed. Histórica, p. 228.

JOINVILLE. Prefeitura Municipal. Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville – IPPUJ. **Joinville, cidade em dados 2010/2011**. Joinville, 2011.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

PIAZZA, Walter F. (org) **Dicionário político catarinense**. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

SAAVEDRA, Jefferson. 40 anos do golpe – 1964/2004. **Jornal A Notícia**. 28 mar. 2004. AN Política. Disponível em: <http://www1.an.com.br/2004/mar/28/0pot.htm>. Acesso em: 18 jan. 2012.

SOUZA, Sirlei. Movimentos de Resistência em tempos sombrios. In: GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (org.). **História de (I)migrantes: O cotidiano de uma cidade**. 2. ed. Joinville: UNIVILLE, 2005.

SOUZA, Sirlei. **Ecos de resistência na desconstrução da ordem: uma análise da Revolução de 64 em Joinville**. Florianópolis, SC, 1998, 145 p. Dissertação de Mestrado em História. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

TERNES, Apolinário. **História econômica de Joinville**. Joinville: Meyer, 1986.

ZANELATTO, João Henrique. Comparação da imigração europeia e inserção sociopolítica dos imigrantes e seus descendentes nas regiões sul, Vale do Itajaí e norte de Santa Catarina (1850-1920). **sÆculum – Revista de História**, João Pessoa, n. 24, jan./ jun. 2011.

WRIGHT MILLS, C. **A elite do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

---

<sup>1</sup> Mestre e doutorando em sociologia política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista CAPES. E-mail: [mezadrif@gmail.com](mailto:mezadrif@gmail.com)